

Riscos da nova estratégia brasileira na OMC

FALTA AGENDA POSITIVA ÀS ALIANÇAS DO BRASIL

MARCELO DE PAIVA ABREU

Na próxima semana, será realizada em Cancún, no México, a reunião intermediária da Rodada de Doha de negociações comerciais multilaterais na OMC. Será uma reunião tempestuosa e o Brasil encontra-se no centro da tormenta. O País, desde o final da década de 1980, se tem colocado como demandeur nas negociações agrícolas como membro da coalizão de Cairns, de países favoráveis à liberalização profunda da agricultura na OMC. Esta posição contribuiu para a coesão do Mercosul, dada a convergência de interesses especialmente com a Argentina. Há agora o risco de Cancún fracassar devido ao impasse agrícola.

Os EUA apresentaram à OMC proposta de liberalização da agricultura bastante ambiciosa, a despeito de iniciativas protecionistas como as condicionalidades da Trade Promotion Authority e a nova Farm Bill. A União Européia, mais uma vez, mostrou que resistiria a uma liberalização significativa da agricultura. O impasse entre EUA e União Européia foi rompido com a preparação de documento conjunto que esboçava um marco de referência para as negociações agrícolas na OMC. O documento foi recebido por muitos países como aquém do mandato da rodada: o compromisso de acabar com os subsídios à exportação foi eliminado; a coerção para que a União Européia abandone as suas práticas protecionistas, muito diminuída. E mais, para intensa insatisfação de Argentina e Brasil, o texto menciona que tratamento especial e diferenciado, que poderia beneficiar economias em desenvolvimento, por exemplo para diminuir mais lentamente a sua própria proteção, seria ajustado para levar em conta a posição dos países que sejam significativos exportadores líquidos de produtos agrícolas. A posição dos EUA quanto ao documento lembrou seu desempenho quando, em 1992, a despeito de suas propostas radicais no Gatt, terminou por concordar com os europeus, em Blair House, com uma aguada liberalização agrícola na Rodada Uruguai.

A insatisfação com o documento dos EUA e da União Européia levou o Brasil à orquestração de um documento alternativo subscrito por 20 países, entre eles, África do Sul, Argentina, China, Índia, México e Tailândia. As economias desenvolvidas da coalizão de Cairns - Canadá, Austrália - aceitaram o documento UE-EUA como base de negociações. Certamente contaram os interesses convergentes com as outras economias desenvolvidas em relação a outros temas e, no caso da Austrália, as negociações bilaterais com os EUA. Outra omissão notável foi a do Uruguai, demonstração adicional da intensidade da crise do Mercosul. O rascunho de documento que será apresentado em Cancún como base de negociação praticamente ignorou o texto do G-20. Não é improvável que haja um fracasso similar ao da reunião de Bruxelas em 1990, que era planejada como final da Rodada Uruguai e esbarrou em obstáculos agrícolas.

É quase repugnante a posição das economias desenvolvidas como as da União Européia, Japão, Noruega, Coréia do Sul e Suíça, agarradas ao protecionismo agrícola, quando o setor responde por uma parcela ínfima do PIB e do emprego em suas economias. O justo meio virtuoso em matéria de agricultura na OMC deveria estar mais próximo do bem do que do mal. Afinal, o sistema multilateral persegue a redução de tarifas. A reincidência da União Européia e dos EUA na estratégia de protelar uma radical liberalização do setor agrícola e insistir na liberalização de setores de seu interesse é que está na raiz da reação das grandes economias em desenvolvimento. A insensibilidade das economias desenvolvidas quanto à liberalização agrícola torna mais fácil que prospere a defesa do protecionismo, ou pelo menos do congelamento da liberalização, nas economias em desenvolvimento e o Brasil está longe de ser uma exceção.

Mas é preocupante a ausência de agenda positiva que una os interesses da coalizão de indubitável peso político montada pelo Itamaraty. O G-20 inclui uns poucos grandes exportadores agrícolas eficientes como Argentina, Brasil e Tailândia, e um grupo importante de demandantes de tratamento especial e diferenciado, ou seja, de liberalização lenta de seus mercados agrícolas: China, Índia, África do Sul, México. Não é uma coalizão de demandeurs de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, ou de redução de subsídios agrícolas, como era a finada coalizão de Cairns, mas uma coalizão do Mercosul, minus Uruguai, com países que não são, nem virão a ser em futuro próximo, grandes exportadores de produtos agrícolas. A Índia, por exemplo, não esconde que tem enormes dificuldades quanto a vários dos temas na agenda da rodada e se opõe frontalmente à negociação de investimentos, principal interesse de japoneses e europeus. O G-20 parece ser, na melhor das hipóteses, um demandeur de tratamento especial e diferenciado.

Será que essa é a estratégia que melhor serve aos interesses concretos do País? Há um miasma de déjà vu. No começo dos anos 80, o Itamaraty comprometeu-se com a estratégia de obstrução do lançamento da Rodada Uruguai, montou o G-10, que de fato era um G-2 com a Índia, escalou o alvo errado para obstruir - devia ter sido propriedade intelectual e não serviços - e acabou isolado em Punta del Este no lançamento da Rodada Uruguai. A salvação veio depois na forma de Cairns e Mercosul, com a adoção de postura menos obstrucionista e maior interesse na liberalização agrícola.

Espero que não nos vejamos na situação da caricatura - lembrada em Genebra, em outros tempos, em intervenção memorável do embaixador Ricupero - do ministro de Finanças francês Calonne, na Assembléia dos Notáveis, pouco antes da grande revolução. O cozinheiro pergunta a um grupo de aves: "Meus caros administrados... em que molho querem ser comidos?" Os animais respondem muito aflitos: "Mas não queremos absolutamente ser comidos!!!!" E o cozinheiro retruca: "Não mudem de assunto!"